



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	26301/2023
Data do Início	28/12/2023
Folha	
Rubrica	

REF: Recurso da empresa ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA (EY) referente ao Pregão Eletrônico 42/2023.

À Procuradoria Geral do Município,

Sobre o recurso apresentado pela empresa **ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA (EY)**, que considera imperfeita a decisão da pregoeira.

I – DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso encontra-se tempestivo na forma da lei.

II – DAS RAZÕES DO RECURSO

A empresa recorrente alega, resumidamente:

- Incorreta análise da qualificação técnica que gerou sua inabilitação.

III – DA ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS

Inicialmente, cabe uma breve análise do processo licitatório em tela.

Após a fase de lances por meio do sistema COMPRASGOV, verificou-se que a empresa classificada em primeiro lugar foi a ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA e iniciou-se a negociação direta.

Em ato contínuo, foi solicitado o anexo para o envio da proposta realinhada; tendo a referida empresa solicitado prorrogação do mesmo e, com base no ITEM 5.3.3 do Edital, a prorrogação do prazo foi concedida e a sessão foi suspensa.

Para fins de celeridade, foi iniciada a análise da documentação jurídica, econômica financeira e fiscal pela Pregoeira e equipe, já a documentação referente à qualificação técnica, foi enviada à Secretaria Requisitante para fins de análise, **uma vez que os requisitos técnicos foram estabelecidos pela própria Secretaria Requisitante e fogem do entendimento desta especializada, considerando que não detemos conhecimento nem competência técnica para entrar no mérito da análise e, ainda, em conformidade ao decreto 10024/2019, art. 17, Inciso II; vejamos:**

“Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

(...)

II - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, **além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;**”

No prazo, a empresa recorrente encaminhou o anexo contendo a proposta realinhada, que foi posteriormente analisada, sendo observados os seguintes pontos para fins de ajuste: 1- Apresentar a GFIP para conferência do SAT (RAT ajustado) apresentado na planilha de custos; 2- Justificar a ausência do auxílio creche na planilha de custos; 3- Ajustar o percentual do item E do módulo 3 - Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado, pois o mesmo é resultado do cálculo "% total do submódulo 2.2 * % do aviso prévio trabalhado (1,94%)"; 4- O total do módulo 4 está zerado. Sendo assim, o mesmo não foi somado ao total por empregado, tendo sido compensado pelo valor de materiais. O que deve ser retificado; 5- Verificar a fórmula utilizada na rubrica Lucro. Cálculo correto %Lucro*(Subtotal (A + B + C + D + E) + Custos indiretos); 6- Para os percentuais dos tributos (PIS, COFINS e ISS), atentar-se às fórmula de tributos presentes na planilha de custos preenchida, anexa ao edital. O percentual deve incidir sobre o P1, sendo %PIS*P1, %COFINS * P1, %ISS * P1; 7- Acreditamos que a CCT apresentada tenha sido apensada por equívoco, uma vez que a planilha de custos anexada pela empresa não está balizada na mesma. Solicitamos que a empresa certifique-se que irá se balizar por convenções que abranjam o município de Maricá ou o estado do Rio de Janeiro. Após o envio da proposta corrigida pela ora recorrente, a mesma foi aceita no sistema e prosseguimos para a fase de habilitação.

Quanto a análise jurídica, econômica financeira e fiscal, a empresa EY atendeu os requisitos do Edital. Contudo, em relação a documentação de qualificação técnica, a Secretaria Requisitante encaminhou o despacho nº 591/2023 – SEPOF, em anexo, com o relatório de análise informando o não atendimento aos requisitos do edital, determinando a sua desclassificação.

Em atenção ao exposto, analisemos.

O Atestado de Capacitação Técnica é um documento que comprova a qualificação técnica de uma empresa, ou seja, é a comprovação de capacidade para desempenho da atividade proposta no edital licitatório.

Conforme citado na Resolução nº 1.025/2009, “o atestado é a declaração fornecida pela contratante da obra ou serviço, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que atesta a execução de obra ou a prestação de serviço e identifica seus elementos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos e as atividades técnicas executadas.”

Logo, o conteúdo dos atestados de capacidade técnica deve ser suficiente para garantir à Administração que o contratado terá aptidão para executar o objeto pretendido. Tal aptidão pode se referir a vários aspectos.

O mestre Marçal Justen Filho, em “Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos” – 1ª Edição AIDE Editora – Rio de Janeiro, 1993, diz:

“É proibido rejeitar atestados, ainda que não se refiram exatamente ao mesmo objeto licitado, quando versarem sobre obras ou serviços similares e de complexidade equivalente ou superior. A similitude será avaliada segundo critérios técnicos, sem margem de liberdade para a administração.”

“Vale insistir acerca da inconstitucionalidade de exigências excessivas, no tocante à qualificação técnica. Observe-se que a natureza do requisito é incompatível com a disciplina precisa, minuciosa e exaustiva por parte da Lei. É impossível deixar de remeter à avaliação da Administração a fixação dos requisitos de habilitação técnica. Essa competência discricionária não pode ser utilizada para frustrar a vontade constitucional de garantir o mais amplo acesso de licitantes, tal como já exposto acima. A Administração apenas está autorizada a estabelecer exigências aptas a evidenciar a execução anterior de objeto similar. (...)”

O artigo 30, inciso II, da Lei 8666/93, entre outros aspectos, estabelece que a Administração deverá analisar a qualificação técnica dos licitantes, com o objetivo de aferir se a mesma detém conhecimento, experiência tanto na parte técnica quanto na parte humana, que sejam consideradas suficientes para satisfazer o contrato a ser celebrado, senão vejamos:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

II - Prova de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; ”

Considerando os recentes posicionamentos, para além das regras mencionadas na legislação, temos também os ditames trazidos pelo Tribunal de Contas da União:

“É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 914/2019: Plenário, relator: Ana Arraes). ”

Corroborando com este entendimento, devemos lembrar também que licitar implica, necessariamente, fazer restrições, pois no momento em que se definem as características do produto/serviço que se deseja, afasta-se a possibilidade das empresas que não detém produtos ou serviços com aquelas características de fornecerem para a Administração. O que não se admite, e assim prevê o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, é o estabelecimento de condições que restrinjam o caráter competitivo das licitações em razão de circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)”

Diante disso, podemos concluir que a comprovação da qualificação técnica guarda relação direta com o objeto da licitação, motivo pelo qual, inclusive, **a Secretaria Requisitante é a responsável pela elaboração do texto integrante do instrumento convocatório, uma vez que detém conhecimento técnico para tal.**

Importante ressaltar também que, se os integrantes da Comissão não dispuserem dos conhecimentos técnicos necessários para a apreciação de documentos, poderão valer-se do concurso de terceiros, integrantes ou não da Administração. Ou seja, **afigura-se como indispensável que o pregoeiro seja assessorado por outros servidores para fornecer subsídios e informações relevantes sobre o objeto, podendo a Administração, até mesmo, contratar, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar na licitação, sendo a Comissão capaz, inclusive, de discordar das conclusões dos pareceres técnicos.**

Devemos nos atentar, contudo, que existe a possibilidade de o pregoeiro ser induzido a erro, por ser levado a tomar certa decisão em razão de parecer técnico de membro da equipe de apoio quando não possuir expertise técnica sobre o objeto da licitação. Nessa hipótese, segundo entendimento dos Conselheiros do TCE/PR, **“a mera designação do pregoeiro e equipe de apoio não transfere ou delega os poderes e responsabilidades da Autoridade Competente.”**

Assim, resta claro que **não imputa ao pregoeiro a responsabilidade pela análise técnica, tendo em vista as questões de qualificação técnica serem uma exigência solicitada pela Secretaria Requisitante, fugindo do domínio desta Comissão.**

Com efeito, o órgão de consultoria não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas meramente administrativos, operacionais, negociais e comerciais, bem como os relacionados à conveniência e oportunidade da Administração, que são de incumbência legal específica das áreas técnicas e da autoridade atribuída da competência para a prática do ato administrativo.

Diante de todo exposto, esta Comissão reconhece que a empresa **ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA (EY)** é uma multinacional renomada no mercado e, apesar de fugir da alçada desta especializada analisar as questões apresentadas, **uma vez que não detém conhecimento nem competência técnica para entrar no mérito da discussão, considera necessária uma reanálise, pela Secretaria Requisitante, das**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

documentações apresentadas pela empresa recorrente, visto ser ela a Autoridade Competente para tomar decisão sobre o questionamento levantado.

IV- DAS CONTRARRAZÕES

Transcorrido o prazo para contrarrazões, a empresa **TS CONSULTORIA EMPRESARIAL S.A.** apresentou tempestivamente suas alegações.

V – CONCLUSÃO

No mérito específico das razões recursais apresentadas pela empresa **ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA (EY)**, esta comissão, considerando a matéria de Qualificação Técnica abordada pela Recorrente ser de suma importância e, ainda, por fugir da alçada desta especializada, resolve submeter o presente recurso à apreciação desta D. Procuradoria, e após, à manifestação da Secretaria Requisitante.

Em 04/01/2024.

MARIA LÚCIA CARDOSO TRAVASSOS
Matr. 111.813

DE ACORDO

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS
Pregoeira